

“EU QUERO IR ME EMBORA PRA MINHA CASA”: MIGRAÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO DOMÉSTICO NO MARANHÃO (1980-1990)

“I WANT TO GO AWAY TO MY HOUSE”: MIGRATIONS AND EXPERIENCES OF DOMESTIC WORK IN MARANHÃO (1980-1990)



IRAMAIRA DE OLIVEIRA TORRES⁶⁷

BRENDA MARIA VIEIRA MENDES⁶⁸

Resumo

O objetivo desse artigo é refletir sobre a experiência de migração no âmbito do trabalho doméstico no Maranhão. A discussão evidencia a análise de diferentes formas de exploração enfrentadas por essa categoria ao migrar para outros estados em busca de melhores condições de vida. Como percurso metodológico para a construção desse artigo inicialmente foi feito o levantamento da bibliografia teórica e historiográfica. Levando em conta a importância das vozes dos excluídos da história, utilizamos a História Oral através de uma entrevista concedida a uma das autoras desse artigo.

Palavras-chave: Trabalho doméstico; migração; experiência; exploração.

Abstract

The aim of this article is to reflect on the experience of migration in the context of domestic work in Maranhão. The discussion highlights an analysis of different forms of exploitation faced by this category when migrating to other states in search of better living conditions. How to go through the methodology for the construction of this article, a survey of the theoretical and historiographical bibliography was carried out. Considering the importance of the voices of those excluded from history, we used oral history through an interview given to one of the authors of this article.

Keywords: Domestic work; migration; experience; exploration.

Introdução

Conforme apontado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil abriga um dos maiores contingentes de trabalhadoras (es) domésticas do mundo, sendo mais da metade mulheres. As (os) quais se encaixam no perfil pobre, analfabeta (o), negra (o). São sujeitos que trabalham para casas de famílias, muitas vezes sem termos claros de emprego, sem registro formal e excluídos (as) do âmbito da legislação

⁶⁷ Graduação em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. É pesquisadora no programa de Formação e Mentoria em Pesquisa sobre Equidade na Educação do Centro Lemann e Pós-graduanda em Tecnologias Aplicadas à Educação - Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). E-mail: iramairatorres1@gmail.com.

⁶⁸ Graduação em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail: breh.v.mendes@gmail.com.



trabalhista. Nos últimos anos, vários estudiosos das mais diversas áreas se voltaram para essa categoria devido a equiparação legal de direitos aos demais trabalhadores, o que causou grande repercussão no contexto de reconhecimento da Lei Complementar 150 de 06/2015.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE, em 2016, o Brasil tinha 6,158 milhões de trabalhadoras (es) domésticas (os), dos quais 92% eram mulheres. Apenas 42% destas (es) trabalhadoras (es) contribuem para a previdência social e só 32% possuem carteira de trabalho assinada. A atividade doméstica é uma das ocupações mais antigas do mundo, contudo, existe enorme dificuldade de compreendê-la na história dentro da categoria de trabalho, sobretudo por estar inserida em uma estrutura secular atribuída ao gênero feminino. Desse modo, passou a ser considerado fora da esfera do trabalho, sendo visto como o não-trabalho como bem discutido por Federici (2019).

A OIT defende que o trabalho doméstico infantil em casa de terceiros é uma das formas mais comuns e tradicionais de trabalho infantil, que engloba todas as atividades econômicas realizadas por pessoas menores de 18 anos fora de sua família nuclear e pelas quais elas podem ou não receber remuneração. No geral, a maioria do trabalho doméstico infantil é feito por meninas, que levam uma vida de adulto precoce, trabalhando muitas horas diárias em condições prejudiciais à sua saúde e desenvolvimento, por salários baixos ou em troca de habitação e educação.

Nesse sentido, muitas dessas meninas que se inserem no trabalho doméstico urbano engendram diversas migrações, cabe considerar que em um contexto nordestino muitas jovens saem do meio rural e se inserem em casas de famílias no meio urbano, tendo em conta como recorte espacial para este estudo, além do lócus de fixação das presentes autoras, assume grau de importância no fenômeno migratório de trabalhadoras e trabalhadores pobres para diversas regiões do país, bem como o fato do grande contingente de trabalhadoras domésticas no estado, o que torna mais alarmante é que dentro desse contingente mais de 70 % não possui carteira assinada, segundo o IBGE de 2010, configurando como uma permanência a exclusão desses sujeitos da História e de seus direitos ao longo do tempo.

Tendo em conta a importância dessa temática para a História do trabalho e trabalhadores na abordagem urgente de gênero e raça, objetivamos analisar e compreender como a experiência migratória e a consequente inserção no trabalho doméstico é tratado na memória de uma trabalhadora doméstica maranhense, denotando



as nuances da exploração e da afetividade; isso permite refletir que os fios miúdos que perpassam a experiência no trabalho doméstico expressam também a vivência de tantas outras trabalhadoras domésticas nordestinas, que no ir e vir criam e recriam suas próprias formas de sobrevivência, as quais, apesar de diferentes, estão dentro do mesmo contexto de exploração. Como bem expressa o historiador inglês E. P. Thompson (1998), existe algo além das estruturas, são as pessoas escravizadas, excluídas, desrespeitadas, exploradas, suas lutas e possibilidades de revelar as experiências no coração da história.

Com o propósito de captar essas experiências, o uso da metodologia da História Oral foi essencial; levamos em conta as afirmações de Alessandro Portelli, uma vez que buscamos as fontes orais para nos comunicar com os excluídos, para que essas vozes alcancem a esfera pública. Isto é, os excluídos, os marginalizados, os sem-poder, sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute. Essa voz está incluída num espaço limitado. O que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra (PORTELLI, 2009).

Para a composição do artigo, recolhemos a voz de Maria Luiza⁶⁹, de 55 anos, residente atualmente em Codó, Maranhão, nascida e criada no município de Santo Antônio dos Lopes, MA. Maria Luiza nos contou que foi iniciada no trabalho doméstico ainda na sua juventude. A escolha por escutar a experiência da entrevistada advém da percepção de sua história como sujeito histórico, já que ela realizou um número considerável de migrações, tendo em vista o trabalho doméstico, e possuir notória relação com o modo de vida rural. Ademais, em face do contexto de pandemia do Covid-19 que vivemos, a realização de outras entrevistas se mostrou inviável e a referida entrevistada surge como um sujeito de proximidade suficiente para engendrar a entrevista.

Assim, a entrevista foi realizada de forma presencial na casa de Maria Luiza, o tipo de entrevista de História Oral escolhido foi a chamada história de vida, dessa forma, a trabalhadora doméstica contou suas experiências desde a infância até a vida adulta, memórias permeadas pelo trabalho doméstico. Para a efetuação da entrevista foi realizado um roteiro com as principais perguntas e pontos-chaves a serem explanados de forma semiestruturada, afinal, o intuito era deixar a narrativa de Maria Luiza o mais livre possível e não padronizada, dada as necessidades da temática.

⁶⁹ É de importância destacar que Maria Luiza é um nome fictício, já que a entrevistada cedeu a entrevista, mas não quis que seu nome verdadeiro fosse exposto por motivos de privacidade pessoal.



Além do uso da metodologia da História Oral, foi utilizado também a pesquisa bibliográfica, por meio da leitura de artigos, dissertações e teses que denotam as diversas experiências de trabalhadoras domésticas no país, bem como foi necessário buscar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a visualização da situação social desses sujeitos.

O presente artigo está organizado de modo que o leitor possa entender as condições de vida que a entrevistada estava inserida no contexto socioeconômico, mas também de tantas outras jovens rurais no período, bem como as motivações que impulsionam as migrações em direção ao trabalho doméstico e a trajetória migratória da entrevistada. Em sequência, discutiremos sobre o paradoxo exploração e afetividade que expressa o paternalismo na atividade doméstica.

Condições de vida e migrações no trabalho doméstico

O Maranhão é um estado de histórico essencialmente agrário. Nos anos de 1980, o progresso parecia fazer morada no estado, grandes projetos eram incorporados com a esperança do desenvolvimento econômico do Maranhão. Segundo Costa (2002), o governo e os jornais noticiaram que haveria um milhão de empregos que elevaria as condições de vida e trabalho de toda a população, posteriormente, a década de 1990 também foi marcada por esses discursos. No entanto, o desenvolvimento econômico nesse período foi acompanhado pelo crescimento da desigualdade e da injustiça social, isto é, houve sim crescimento da “riqueza”, mas esta não foi distribuída, concentrando-se cada vez mais nas mãos de poucos. Assim, o caráter socialmente excludente do processo de modernização se constitui no outro lado da moeda, o estado era rico, mas o povo era pobre (COSTA, 2002).

Essa pobreza é o que marcava o cotidiano da gente comum maranhense, para se ter ideia, em 1980, cerca de 50,6% da população estava situada abaixo da linha de pobreza, no final da década de 80, o número só cresceu, passando a ser mais da metade da população abaixo da linha de pobreza, agravando a realidade socioeconômica do estado (PESSOA; MARTINS, 1996). No meio da realidade social vivenciada, esses sujeitos procuravam formas de se reinventar, e outras maneiras de ganhar o sustento para a família, fora das promessas do estado, a rede de informalidade e o trabalho doméstico configuram como parte desses destinos, precisando sair do rural para o urbano e imbricando esses espaços, através das diversas redes de familiares e conhecidos.



Outrossim, em uma pesquisa sobre trabalhadoras domésticas em Montes Claros, entre 1960 e 1980, Santos (2015) afirma que a maioria das trabalhadoras eram oriundas da zona rural do município e dos municípios vizinhos, a autora interpreta essa origem comum como uma estratégia de sobrevivência das famílias pobres da região do norte de Minas Gerais. Trata-se de experiências comuns nas diversas regiões empobrecidas do país, com suas especificidades históricas, que pode ser notada no Maranhão da década de 1980, em que as condições de vida do rural, a pobreza, o “não ter condição”, estão presentes nas experiências das trabalhadoras domésticas.

Maria Luiza, de 55 anos, que viveu sua infância na zona rural de Santo Antônio dos Lopes, no Médio Mearim Maranhense, conta um pouco sobre a sua vivência no rural antes de migrar para o trabalho doméstico, segundo a mesma, ela e sua família cresceram nas terras de outrem, o tio, e seu pai trabalhava nas terras do mesmo em troca de moradia, ela relata:

[...] Então, a gente cresceu nesse lugar, só que assim uma coisa que a gente não podia era vender, as coisa naquele tempo era só pra comer [...] Papai trabalhava na roça, sempre gostou muito de fazer roça mais perto de casa, ai quando... a gente trabalhava duas...três vezes na semana dentro da roça ajudando ele, e dois dia da semana a gente trabalhava quebrando coco que era pra fazer as compra, no domingo, fazer as compras no domingo pra poder comprar as coisa, comprar por exemplo farinha, biscoito, essas coisa, num tem? Que não tinha, porque muitas das vezes ele fazia também a farinhada, mas, muitas vezes não tinha a mandioca para fazer a farinha aí ele tinha que comprar. Ele toda vida gostou de comprar muita coisa só em grosso, só comprava as coisa era de meio saco, gostava de muita fartura e nunca gostou de comprar coisinha pouca (LUIZA, 2021).

O relato de Maria Luiza apresenta pontos que fundamentam a compreensão da sua realidade como sujeito histórico e inserção no trabalho doméstico, mas também de muitos sujeitos do campo maranhense. Perceba que ela frisa em sua fala que não podiam vender as terras e os alimentos que provinham dela, sendo notória a não propriedade da terra por parte de sua família, eles viviam na terra do tio como um favor, como agregados⁷⁰. A entrevistada justifica o ato de não poder vender o lugar ou os alimentos presentes na terra do outrem com o que era mais custoso de se obter e o primordial para esses sujeitos, isto é, poder comer, garantir a sobrevivência, ao dizer “naquele tempo era só pra comer”.

A rotina de trabalho na zona rural também é evidenciada na fala de Dona Luiza, que desde muito cedo teve o contato com o trabalho na roça e a quebra do coco babaçu. Esse trecho da entrevista de Maria Luiza, remete ao que Almeida e Mourão (2017)

⁷⁰ Agregado morava na fazenda do proprietário da terra através do sistema de trabalho em que entregava uma parte da sua produção ao proprietário, prestando outros serviços na fazenda, para ter o acesso à terra.



afirmam em um estudo sobre a questão agrária no estado, de acordo com os autores, a maioria das famílias pobres rurais maranhenses viviam da agricultura composta por unidades familiares baseada no plantio dos itens necessários para a sobrevivência, como o arroz e feijão, em terras de outros, submetidas ao domínio do grande latifúndio, marcante na estrutura agrária maranhense. O não acesso à propriedade da terra é um dos elementos marcantes dessa realidade, bem como a extração do coco babaçu para o sustento das famílias.

Um fato interessante a se observar durante a fala de Maria Luiza, ao contar sobre a sua infância no meio rural, é o evidente valor que ela atribui para a “fartura”, durante boa parte do seu relato ela sempre afirma ter sido criada de barriga cheia e passa um acentuado espaço de tempo descrevendo todos os tipos de comidas que teve acesso. Interpretamos essa fala da entrevistada em alguns pontos principais a se inferir. Primeiramente, o fato de a fartura ser um elemento bastante presente na memória de migrantes, ao estudar as experiências de migrantes nordestinos no Médio Mearim no Maranhão e a construção e desconstrução da ideia de eldorado maranhense, Ferreira (2015) denota como muitos migrantes costumeiramente descreviam o Médio Mearim com muita fartura e melhoria de vida, denotando que a região representa um polo de atração de migrantes de outras regiões, sendo considerado um eldorado. Nesse ínterim, a própria ideia de fartura é passada para a entrevistada por meio dos laços familiares, já que boa parte de seus parentes, inclusive suas bisavós, mãe, e tios vivenciaram a seca no Piauí, na década de 50, e são migrantes advindos do estado vizinho.

Entrementes, essa mesma infância alegre e cheia de fartura que perpassa o relato da entrevistada, emerge como um contraponto as memórias posteriores no trabalho doméstico, a fartura e a falta se tornam lados que também descrevem realidades diferentes. Assim, Dona Luiza descreve uma infância cheia de fartura em ricos detalhes, e volta a ela em alguns momentos de sua narrativa, para acentuar que a penúria que viveu enquanto trabalhadora doméstica não foi algo recorrente em sua infância.

No entanto, a entrevistada reconhece a situação de pobreza vivenciada durante a infância, ao afirmar que “não tinha condição”, que sua vida era “simples”, e que na casa onde vivia “não tinha muita coisa”, afinal, segundo ela, “*gente pobre não tem essas coisas com luxo, tudo é simples*”, mas não atribuir a fome e a miséria como os motivos para ter migrado, por mais que elas estivessem inclusas dentro da forma que a entrevistada conduziu seu relato.



Nesse sentido, é interessante pensar nos motivos que impulsionaram, em específico Maria Luiza, mas também outras mulheres a migrarem de sua residência no rural e irem para o trabalho doméstico urbano. Em relação a esses motivos, Lisboa (2007), enumera as seguintes questões:

1) a questão socioeconômica: falta de oportunidades de emprego ou ocupações remuneradas no local de origem, bem como a desvalorização do trabalho feminino; 2) o acesso à educação ou a oportunidades de maior qualificação profissional; 3) a conquista da independência econômica e social de suas famílias de origem, principalmente as solteiras, viúvas ou mulheres que sofriam violência no local de origem; 4) a possibilidade de alcançar mobilidade social, melhorar de status em relação ao emprego que exerciam nos países de origem, ou seja, serem valorizadas; 5) o acesso a serviços básicos, atendimento à saúde; 6) experimentar diferentes sensações: conhecer um lugar diferente, divertir-se, ir a festas, sair com as amigas, aprender coisas novas; 7) ir atrás da rede familiar, de conhecidos ou amigos que já se encontram no local e motivam a migração (LISBOA, 2007, p. 810).

Além desses possíveis motivos que fazem com que inúmeras mulheres se dediquem ao trabalho doméstico urbano, Santos (2015), ao discutir o caso das trabalhadoras domésticas na cidade de Montes Claros em Minas Gerais, menciona que a situação de pobreza vivida no campo, a atração exercida pela cidade e suas novidades, a possibilidade de estudar na cidade e ao mesmo tempo fugir dos trabalhos rurais considerados pesados, também são explicações para essa migração. No caso de Maria Luiza, bem como algumas de suas irmãs, um dos principais motivos para a migração, se não o primordial, era a busca por estudar. Durante sua narrativa ela demonstra o desejo de estudar e o que a sua família pensava disso:

Meu pai era assim.. ele falava que a gente ia estudar pra aprender a fazer carta pra homem, quem era mais de incentivar nós era sempre a mamãe. A mamãe era assim sempre lutou muito pra gente estudar, todas nós lá em casa, ele era assim falava “é não adianta não porque eu fico reclamando, mas depois que tu botar a cabeça prum lado amorzim”. Ai a mamãe toda vida falava assim pra ele “Olha...presta atenção que eu num vou criar minhas filhas que nem eu fui criada, viu? Porque meu pai ele nunca quis que eu estudasse, pra mim não sair de casa, pra mim não perder tempo com hora de trabalho”. Meu avó pagava era uma professora, pra dar aula duas vezes por semana, não era todo dia não, tinha dia que minha mãe não aguentava, coitada, morta de cansada de trabalhar, né?. “E aí não vou criar minhas filhas assim, que nem meu pai me criou, minha filhas vão pra escola, eu nunca soube o que foi uma escola, aprendi a assinar meu nome, mas eu nunca fui pra uma escola, e eu não vou fazer o mesmo que meu pai fez comigo, não vou fazer... com meus filhos”. “ Ah, mas esse negocio de filha mulher estudar não presta”, era contra o papai. Ai a mamãe falou, “porque? O quer que filha mulher vai fazer? (LUIZA, 2021).

No trecho da entrevista acima, Maria Luiza nos conta sobre as conversas entre seu pai e mãe a respeito da educação das filhas. Nesse relato, alguns pontos são interessantes de ser ressaltados, pois contribuem para compreender a trajetória de



mulher migrante e trabalhadora doméstica da entrevistada. Primeiramente, a sua posição enquanto filha mulher dentro do seio familiar e a reprodução das atividades domésticas exercidas pela mãe da entrevistada, que deixava de estudar em muitos momentos para exercer o cuidado do lar, e a tentativa da mãe de Socorro de romper com esse ciclo através das filhas.

As afirmações de Faria, Ferreira e Paula (2016) permitem pensar sobre esse destino social e biológico que é imposto às mulheres; para as autoras o trabalho doméstico é como um referencial para a socialização de meninas que desde cedo reproduz os papéis de mães, avós e bisavós, o estudar não está incluso nesse ciclo, a não ser como um discurso utilizado para cooptar jovens em direção ao trabalho doméstico, que é mascarado com o “ajudar para estudar”. Em complemento, a fala do pai da entrevistada “*esse negócio de filha mulher estudar não presta*”, reforça essa ideia que tem como signo a noção de que o lugar da mulher é no ambiente privado.

Outrossim, é possível notar que o desejo da entrevistada por estudar foi algo advindo do incentivo da mãe. É importante destacar a ênfase que Dona Luiza oferece durante toda sua narrativa para a educação escolar, há um deslumbramento por quem conseguiu concluir seus estudos, e também a visualização do estudo como um meio para melhorar as condições de vida, isso é nítido quando ela fala de uma família rica da região em que os filhos estudaram fora, por isso entendiam de muitas coisas, mas, estudaram “porque podiam pagar”. A entrevistada claramente associa a riqueza com o conseguir acesso aos estudos, o que é uma correlação bem relacionada com a realidade social maranhense vivida por ela e por tantas outras jovens pobres no período, que não se restringe apenas à década discutida nesse artigo, afinal, é uma permanência no Brasil atual no que se refere ao trabalho doméstico.

Em vista disso, os dados acerca da alfabetização no Maranhão ajudam a visualizar melhor essa realidade, a taxa de alfabetização no final da década de 1980 é cerca de 57,2%, abaixo do esperado (PESSOA; MARTINS, 1996). Nota-se que o acesso à educação pública dos maranhenses era reduzido e muitas vezes negado, principalmente no que se refere a grande maioria da população pobre, que contribuiu para o crescimento do analfabetismo, isso se torna mais alarmante quando se refere à educação dos camponeses (MEDONÇA; SILVA; AZAR, 2017).

Assim, Dona Luiza, na sua busca por estudar, realizou várias migrações ao longo da sua trajetória de vida, ela nos conta sobre a motivação do seu primeiro deslocamento,



que se deu da Zona rural para a urbana de Santo Antônio dos Lopes, ainda bem jovem, nas palavras dela:

[...] eu já tava sabendo a ler, aí nessa época eu já fazia, o quê... o terceiro ano já, terceira série, aí eu lia toda coisa, aí papai...porque era muito atrasado no interior, papai tinha muita vontade que eu fosse lá pra cidade de Santo Antonio dos Lopes, aí foi na época que eu fui (LUIZA, 2021, grifo nosso).

Nesse trecho existe uma evidente interpretação da entrevistada no que se refere ao atraso do interior em relação aos estudos, que se liga muito bem à ideia já discutida de pobreza e acesso à educação, bem como denota o impulso da entrevistada ao migrar do campo para a cidade, sair do que ela considera atrasado. Esse primeiro deslocamento de Dona Luiza foi para a casa de um amigo da família que possuía uma casa na cidade, lá, a entrevistada engendra o primeiro contato com o trabalho doméstico na casa dos outros, é como Faria, Ferreira e Paula (2016) destacam ao afirmar que o apadrinhamento, o “ajudar para estudar” de meninas da Zona rural para atuarem como serviçais nas casas de famílias de classe média e alta é muito comum, eles alegam que a jovem vai ter acesso à educação formal e melhores condições, mas na verdade elas encontram um dia a dia de trabalho.

Por conta desse dia a dia de trabalho doméstico cansativo e sem remuneração, Dona Luiza migra novamente para a zona rural e descreve um período de idas e vindas entre o rural e o urbano de Santo Antônio dos Lopes - MA para conseguir estudar. Segundo ela:

Na época eu estava estudando ginásio já... e já tava indo e voltando [...] porque, por exemplo, eu passava o dia em casa trabalhando, fazendo meu serviço aí eu saía 4 hora da tarde, eu mais a minha turma de amiga, e nós vinha para Santo Antonio, que era nove quilometro. Aí como eu já fazia ginásio, nesse tempo minha tia já tava morando lá, aí a gente dormia na casa da minha tia e voltava de manhã cedo, chegava a tarde, tomava o banho da gente, ia pro colégio, estudava todo mundo era de noite, pra trabalhar de dia, aí dormia na casa da minha tia, já saía cedim, entendeu? Sai cedim, aí vinha, do interior (LUIZA, 2021).

As dificuldades para estudar estão nitidamente expressas nesse relato de Luiza, ela conta da difícil rotina de se manter indo e voltando da Zona Rural para a urbana do município, por mais que em Santo Antônio dos Lopes tivesse o grau de ensino que ela estudava, a rotina cansativa impedia nossa entrevistada de permanecer; nesse ponto, a migração para fora do estado advém para Maria Luiza como uma chance de vencer esses desafios. É interessante pensar que a maioria das migrantes que engendram no trabalho doméstico, encaram o deslocamento geográfico como um pré-requisito para



seu deslocamento social, para a superação de suas dificuldades no lugar de origem (JACQUET, 2000, p. 5), tendo em conta que:

A migração enquanto processo, responde as necessidades materiais de sobrevivência (comida, roupa, remédios) e também as necessidades de manter vivas as ilusões (de melhoria, de ascensão social, de projetos de vida). A compreensão dessa dialética afasta os dualismos e as excludências, no sentido de que o real, o palpável, é verdadeiro; e o irreal, o invisível, é falso. As representações sociais (símbolos, imaginário) são elementos do real, portanto necessários. A ilusão é necessária e ela se apoia em uma base social (SILVA, MENEZES, p. 5).

Levando em conta esses pontos, juntando as necessidades de sobrevivência com as ilusões alimentadas, por volta de 1985, Maria Luiza migra da Zona rural de Santo Antônio dos Lopes para a casa de uma tia na cidade de Picos no Piauí, segundo a entrevistada:

Minha tia mandava essas cartas por eles, escrevia uma carta dizendo que seu quisesse estudar era pra mim ir, aí meu pai falou das dificuldades, que era difícil manter a gente na escola, porque tinha aquele negócio de toda vida de ir... aí ela disse “ Não mais manda ela pra cá” [...] aí ela me convidou na época aí eu fui que a minha mãe foi me deixar eu fui pra lá, mas lá eu passei um ano e meio e não aguentei não (LUIZA, 2021).

Maria Luiza vai para a casa da tia, irmã do seu pai, pensando que iria para estudar, mas quando fez toda a trajetória migratória e se fixou na residência, as suas ilusões foram minadas e ela se insere novamente em uma realidade de trabalho doméstico. No trecho acima da entrevista de Luiza, dois pontos são interessantes de ser discutidos: a cooptação e insistência da tia para Maria Luiza ir “estudar” na cidade onde ela morava, o que reforça os pontos já discutidos no presente texto sobre o apadrinhamento e o desejo de inserir as jovens advindas do rural no trabalho doméstico urbano, facilitando a exploração; o fato da própria entrevistada dizer que não aguentou a experiência no trabalho doméstico urbano, fazendo ela engendrar uma migração de volta para sua terra natal, afinal, ela não se integra no destino encontrado e suas frustrações são evidenciadas.

Passado algum tempo em Santo Antônio dos Lopes - MA, Luiza migra novamente para a cidade de Fortaleza, para trabalhar como doméstica na casa de uma família de classe média da região e em busca do estudo. Dessa migração, acontecida no ano de 1987, a entrevistada possui memórias nítidas do caminho da viagem, ela descreve relatos que evidenciam o fascínio com o ambiente da capital cearense, é uma migração que advém com um contato mais do que nunca com o “novo”. Fortaleza ganha o sentido de prosperidade que, mesmo inconscientemente, Maria Luiza



alimentava em suas migrações, é como Jacquet (2000) nos conta, ao falar de trabalhadoras domésticas migrantes na capital Fortaleza, o emprego doméstico se torna um canal de acesso e estabelecimento na cidade.

É importante destacar que nas outras experiências migratórias em que Luiza era mais jovem, apenas o estudo como melhoria de vida se apresentava na sua narrativa, mas, ao relatar a ida para Fortaleza, quando já era maior de idade, outra perspectiva se mostrava em sua descrição, além de estudar, ela queria ajudar a família, e foi incentivada pela futura patroa, segundo Luiza:

Assim, toda vida eu trabalhei pra ajudar eles, não era pobre de passar fome, mas não tinha esse negócio de bens, essas coisas, não [...] fui trabalhar pra ajudar, já era maior de idade, por isso que fui e por isso que ela falou que eu tinha que ir, porque eu já ajudava eles, aí foi mermo [...] aí ela me falou que lá eu ia estudar (LUIZA, 2021).

O “eles” que Maria Luiza se refere no seu relato é a sua família, como filha mais velha entre 4 irmãs e um irmão, é nítido que a entrevistada sente a responsabilidade de cuidar da família, ainda mais que nesse período seu pai já havia se transferido para a zona urbana de Santo Antônio dos Lopes, devido à venda da terra que moravam pelo proprietário. Com as irmãs mais novas, que posteriormente iriam se inserir também em migrações e trabalho doméstico, evidenciando para nós o destino de boa parte das jovens rurais maranhenses, Luiza tinha o desejo de suprir o que faltava. Quando volta de Fortaleza, ela diz “*comprei várias coisas para as meninas que estava faltando...dei um dinheirinho pra papai*”, o que, mais uma vez, deixa claro o seu propósito e faz refletirmos o caráter ativo que os sujeitos possuem na história.

Outro ponto que necessita ser pensado nessa migração de Luiza para Fortaleza é a evidente estratégia da patroa, que acostumada ao estilo de vida do urbano e do rural, de certa forma induz a jovem a ir trabalhar na casa dela, já sabendo das necessidades e propósitos de garotas como ela, que acabam inseridas no trabalho doméstico, isto é, estudar e ajudar os pais, por meio disso ela convence Luiza a migrar. Mas, nossa entrevistada não migra sem levar em consideração seus ganhos e formas de tratamento, tendo em conta suas experiências anteriores, ela espera “ser tratada que nem gente”, existindo a perspectiva de retornar caso o trato não seja cumprido.

Quando retorna de Fortaleza a Santo Antônio dos Lopes - MA, a entrevistada engendra seu último destino, sai do município do Médio Mearim Maranhense e vai para a cidade de Codó - MA, em busca de estudo e trabalho, lá, ela se encontra mais uma vez em uma situação que é responsável pelos afazeres domésticos da casa de uma conhecida



em troca de moradia, não demora muito tempo, ao chegar em Codó, a nossa entrevistada se casa. O contexto nos remete à pesquisa de Jacquet (2000), ao afirmar que o casamento termina sendo um dos destinos almejados e, se não, um dos inevitavelmente postos para essas jovens, já que as poucas oportunidades de emprego feminino fora do lar, assim como a subordinação do trabalho das mulheres à família, não permitem as moças encararem a possibilidade de carreira profissional.

Aliás, as constantes idas e vindas tornam mais difícil e cansativo para essas mulheres realizarem ou concluírem seu propósito inicial, fazendo com que o casamento se torne uma forma de fuga do trabalho doméstico, estabilidade, descanso para essas mulheres, mas, que vindo de uma perspectiva direta, apenas reforça os pressupostos que atribui às mulheres o lugar do lar, dos afazeres domésticos, da esfera privada. Nesse sentido, o destino de fixação e interrupção das migrações por causa do casamento, nada mais é do que a continuidade do trabalho doméstico e, muitas vezes, o mantimento de relações de exploração sobre o viés da afetividade. No entanto, interessa-nos nesse artigo pensar na noção de explorações e afetividades dentro das migrações com destino ao trabalho doméstico urbano, afinal, o que as experiências de Luiza revelam sobre o paradoxo exploração e afetividade? O que isso infere sobre as vivências de tantas outras jovens trabalhadoras domésticas?

Um paradoxo: exploração e afetividade no trabalho doméstico

Como mencionado anteriormente, desde muito cedo, Maria Luiza começou a migrar para outros lugares como Piauí e Fortaleza "em busca do melhor", com intuito de ter melhores condições de vida e para seus estudos. No entanto, o único meio viável que encontrou para chegar a esse fim foi através do trabalho "na casa dos outros", o que por vezes acabou deixando seu principal objetivo em segundo plano. Não muito diferente do que ocorre com diversas jovens migrantes rurais em várias regiões do país afora, enfrentou a exploração tanto escancarada como mascarada. De acordo com Araújo (2015) "a expectativa de 'coisa melhor' se traduzia em sofrimento cotidiano".

D'Angelo e Hannemann (2018), ao analisarem o estudo do sociólogo Maurício Antunes Tavares, na obra "Onde está Kelly?", mostram como o estudo comprova a antiga "tradição" existente em diversas regiões no interior do nordeste no Brasil, o "apadrinhamento", prática antiga, a partir da qual filhos de famílias pobres passam a viver com as famílias ricas, a pretexto de conseguir estudar para ter uma vida melhor. A relação estabelecida nestes termos legitima o abuso de autoridade do



“padrinho/madrinha” e mascara a exploração do trabalho infantil, que muitas vezes se dá nas condições análogas à escravidão.

Na cidade grande, onde se vislumbrava uma vida melhor, o que quase sempre lhes reservava na travessia era a exploração. Por volta de 1985, saindo de seu estado Maranhão para Picos no estado do Piauí, Maria Luiza foi para casa da tia com o objetivo de estudar. Entretanto, ao chegar lá às condições impostas foram totalmente contrárias ao que havia sido prometido pela tia em carta ao seu pai. Disse ela:

Mas lá eu acho que passei um ano e meio, num aguentei não. (...) Eu tinha quinze anos, eu não tinha quase nem tempo de estudar (...). Ela colocou pra eu estudar foi a noite também que era pra num perder tempo. Na casa dele eu era que nem fosse uma doméstica, viu. Fazia todo o serviço. Já terminava, vai lavar louça, limpa isso, limpa aquilo ficava caçando pó em tudo quanto era coisa passando assim a mão ... tem pó aqui vai limpar aí eu ia. Aí quando era de noite eu ia pra escola... Assim no ano que eu cheguei começou botou pra mim estudar a tarde, de manhã eu fazia todo serviço aí tu vai pro colégio de tarde (LUIZA, 2021).

Nesse sentido, podemos perceber como ao relatar sua memória sobre a experiência na casa de sua tia, descreve o dia a dia cheio dos afazeres domésticos, sendo tratada como empregada da casa e ainda sem tempo para se dedicar aos seus estudos. No que tange às condições degradantes, é comum histórias de mulheres que são “pegas para criar”, ainda crianças, como o caso de Luiza que tinha apenas 15 anos de idade e são mantidas prestando serviços sem qualquer remuneração ou direito até a vida adulta ou velhice, nutrindo, por vezes, sentimentos deturpados de gratidão ao empregador pelo fornecimento de algum tipo de moradia e alimentação (GOMES, 2021). Entretanto, a entrevistada revela que não permaneceu no lugar por muito tempo, por não aguentar mais como era tratada. Resumindo, ela disse:

Aí depois eu voltei pro interior, porque eu achava ruim na casa dos outros(...) eu gostava de lá, só que aí eu comecei a estudar esse negócio de ginásio que era um horror de matéria pra estudar, e aí eu num tinha muito tempo, num tem? que eu trabalhava muito lá (...) Fazia todo o serviço, varria casa lavava louça, lavava roupa viu, todo serviço entendeu? (LUIZA, 2021).

Sem sombra de dúvidas a informalidade no trabalho doméstico contribui com a ocultação de diversas formas de exploração. Ademais, sua subvalorização possibilita a exploração de trabalhadores que são mantidos em condições análogas às de escravo, onde são naturalizadas diversas práticas abusivas legitimando o ato criminoso. Baixos são os índices de denúncias e atuações, por se tratar de espaços privados e de difícil acesso, desse modo, a escravização e exploração ocorrem de forma silenciosa. Tendo em vista que, sua realidade é oculta, pois a Constituição Federal de 1988 garante a



inviolabilidade ao lar brasileiro, dificultando assim a ação dos organismos de inspeção. Tornando possível, várias violações como: remuneração abaixo do salário-mínimo, longas jornadas de trabalho, ausência de descanso semanal remunerado, dentre outros.

De acordo com D'Angelo e Hannemann (2018), a concepção de que as crianças e adolescentes, principalmente oriundas das classes mais necessitadas, deveriam ajudar nos afazeres domésticos se consolidou no meio social, baseada em um suposto sentimento de solidariedade – não raro ocorre a figura do(a) “afilhado(a)” ou “filho(a) de criação”, geralmente o(a) filho(a) do(a) empregado(a) ou do(a) parente mais pobre que vai à cidade para “ter mais oportunidades” e cuidar da casa e das crianças da família. No entanto, o que encontravam era apenas um dia a dia com muito trabalho, distante das promessas da família empregadora.

Além de realizar o serviço doméstico, o pai de Maria Luiza com todo o esforço ainda enviava uma quantia para que comprasse o que fosse necessário. Contudo esse dinheiro não chegava em suas mãos, roupas e calçados lhes faltavam e nem se quer tinha dinheiro para comprar um lanche na escola. Então disse:

O dinheiro que papai mandava eu não via nem a cara. Ela dizia que tava comprando tudo, comprando tudo, mas não me dava nem um centavo pra merendar. Óia a gente num tem esse negócio de tá merendando em escola não, a gente sai de casa tem que almoça bem (LUIZA, 2021).

Para Portelli (2010), a entrevista é um desafio que colocamos ao entrevistado, porque ele tem a missão de organizar a narrativa, o conto, a interpretação de sua vida de uma forma nova, de uma forma mais complexa, com o intuito de que alguém, que não faça parte de sua comunidade, possa entender. Ademais, o desafio é: o de aprofundar sua compreensão de sua própria história, sua própria experiência. A entrevistada fala por diversas vezes que já não aguentava mais a situação que era submetida na casa de sua tia, consideramos que o fato de repetir várias vezes a frase seja para deixar evidente as condições degradantes que vivia e que seus estudos, que eram tão importantes, estavam sendo prejudicados. Ao organizar suas memórias descreve ainda como falava e como sua tia respondia, então disse:

Eu tenho que fazer meus exercícios, não cê vai é mim ajudar hoje (fala da tia), aí eu ia (...).Não estudava, aí quando era pra fazer as provas era o maior sacrifício... Eu não tinha tempo pra estudar eu tava com minha notas não tava boa, porque eu não tinha tempo pra estudar só queria que eu trabalhasse (LUIZA, 2021).

De acordo com Holanda (2014), a dificuldade de diferenciar público e privado sempre esteve presente nas relações, sendo que os interesses pessoais acabam



prevalecendo. No contexto do trabalho doméstico, torna-se ainda mais difícil separar essas esferas, tendo em vista que é realizado em casa de famílias, possibilitando relações paternalistas ainda mais fortes. O ambiente de trabalho da empregada doméstica é também o ambiente de intimidade dos patrões. Por isso é difícil dissociar público e privado, uma vez que tais esferas acabam sendo ressignificadas. Em outra experiência de Maria Luiza em Fortaleza, já maior de idade, ela relata características nesse sentido. “*Ela pagava um salário pra mim na época...de doméstica toda vez que deu recebia meu dinheiro, todos os mês ela me dava um presente, eu num comprava nada de limpeza pra mim...tudo ela mim dava*” (LUIZA, 2021).

As formas de proteção foram alteradas ao longo do tempo, mas as práticas paternalistas permanecem. As quais são vistas sob a perspectiva positiva por parte das empregadas, pois tais situações não seriam aceitas por uma empresa grande, devido a impessoalidade. De acordo, com Brites (2000), as empregadas desenvolvem em troca o comportamento servil, de prestígio e de amizade, no qual é percebido uma troca social "desprovida de ilusões", os dois lados são obrigados a se mover no mesmo "campo de forças".

Nesse interim, existe ainda pressão psicológica, pois os patrões costumam ressaltar suas ações de caráter benevolente para que o sujeito se sinta agradecido. O resultado disso é a exploração mascarada que oculta diversas formas de exploração. Uma situação observada com frequência é a submissão desses sujeitos ao trabalho análogo ao de escravo com jornadas de trabalho exaustivas. Descreveu da seguinte maneira:

Aí quando era sábado e domingo ela tinha essa butique dentro de casa, ela saía pra outra loja dela que ela tinha no centro. Aí ela não podia vim, aí ela ligarra pra mim tem fulano de tal vai pegar uma encomenda aí. Aí eu abria a porta pras amigas dela (...) Aí eu entregava num tem fazia as entregas pra ajudar ela que ela tinha essas duas lojas, aí ela me dava muito presente, só que eu, eu estudava era a noite lá. eu trabalhava na casa, assim não trabalhava muito mas só que era muito cansativo num tem aquele sobe e desce que eu ficava lá (LUIZA, 2021).

Nesse contexto, o falso discurso de pertencimento baseado na ideia de que seriam membros da família, também se configura como um mecanismo para facilitar a exploração mascarada. De acordo com Gomes (2021), “a total ausência de separação entre relações pessoais, vida familiar e laboral pode ser extremamente desgastante, especialmente quando associada a situações de degradação do ambiente de trabalho e local de moradia”. Em linhas gerais as famílias que têm melhores condições de vida se



aproveitam da vulnerabilidade das jovens, com a oferta de criá-las como se fossem da família.

A frase "é como se fosse da família" tem sentido diferentes para os sujeitos envolvidos. Para a empregada, tem sentido ideológico de adesão ao ritmo, a forma de viver da família, enquanto que para a patroa, é uma forma de aceitar um estranho dentro de casa, compartilhando os momentos de intimidade da família, como bem afirma Kofes (2001). Maria Luiza comenta:

Ela dizia assim eu num tenho filha mulher, Deus num me deu esse poder e se seu pai quiser você pode ficar a vida inteira mais eu (LUIZA, 2021).

Seguindo o relato, diz ainda:

Ela mim levava pra praia, tinha um horror de roupa de banho, era calçado só calçado de marca. Quando eu vim mim bora de lá ela mim deu uma mala grande, uma mala dela cheia só de roupa minha ... e duas caixas enorme só com coisa pra minha família, calçado, roupa tudo no mundo (LUIZA, 2021).

Thompson (1998), ao escrever sobre trabalhadores pobres no séc. XVIII, deixa evidente um estilo paternalista de controle e disciplina. Dizendo o seguinte em um trecho do seu texto:

As ocasiões de patronagem de aristocracia e da gentry certamente merecem atenção: esse lubrificante social dos gestos poderia, com bastante facilidade, fazer os mecanismos de poder e exploração girarem mais suavemente. Os pobres, habituados a sua posição irrevogável, eram frequentemente transformados, pela sua própria boa índole, em cúmplices de sua própria opressão: um ano de provisões escassas podia ser compensado por uma generosa doação no Natal (THOMPSON, 1998, p. 49).

O cenário descrito pode ser notado nas relações de trabalho aqui em discussão. Tendo em vista que, entendemos que as relações paternalistas permitem que o sujeito que trabalha se torne submisso, facilitando o controle por parte de quem manda. Assim, a trabalhadora doméstica realiza tudo que os patrões pedem, sem resistência. Ademais, intimidade e afetividade estão presentes nessas relações, nos pagamentos extrassalariais, nas concessões de horários, faltas, nos presentes, nos objetos usados dados pela patroa e que possuem significado para as empregadas. No entanto, existe distanciamento, deixando claro os limites que não podem ser extrapolados, com clara relação de hierarquia entre chefe e subalterno.

Como recebia diversos presentes e era levada para conhecer novos lugares, Maria Luiza sempre descreve a patroa de forma romantizada. Ao recordar o nome da patroa, diz: "Era dona Elia o nome dela, eita meu Deus do céu". Evidenciando em vários momentos da entrevista o sentimento de gratidão. Tal fato nos remete a seguinte afirmação "para o sujeito pobre do campo, o trabalho é motivo de orgulho e não de dor.



Mesmo inserido em condições de trabalho compulsório, muitas vezes estes sujeitos não se sentem explorados" (ROCHA, 2010, p. 74).

Mas eles nunca mim exploraram, tão tanto que eu falei pra tu que eu queria ficar lá e papai num deixou. Quando eu vim de lá eu vim na coisa de voltar(...) Eu vou ficar lá porque eu quero, aquele povo são gente boa (LUIZA, 2021).

Considerações finais

Diante do exposto, é possível perceber como a migração do rural para o urbano, ou de uma cidade pequena para a capital, é o que marca os modos de vida das trabalhadoras domésticas, que, com sua busca por condições materiais melhores e mantendo vivas suas ilusões, migram de seus locais de origem para a zona urbana por meio do trabalho doméstico. Muitas dessas mulheres, não vão com o intuito primordial de trabalhar, mas sim, visualizando outros objetivos de seu projeto de vida. Como notamos no artigo, o trabalho doméstico termina ocupando todo o tempo disponível dessas jovens, que se sentem cansadas. Assim, elas terminam "querendo ir embora pra suas casas", pois muitas vezes as frustrações e as explorações não podem ser mais aguentadas. A sensação de estranhamento persiste nessas jovens migrantes trabalhadores domésticas.

Do outro lado do que chamamos de paradoxo, existe empregadas domésticas que criam uma relação de afetividade com os patrões, que mascara as explorações sofridas, essas jovens não encaram o trabalho doméstico como uma profissão ou carreira, elas se sentem membros da família, e naturalizam as condições negativas que vivem, seja pelo fascínio da cidade grande ou pela chamada bondade dos patrões. Nesse sentido, o "querer ir embora pra casa" ganha outro sentido, pois os locais de trabalho e casa se tornam somente um, imbricados pelo privado e o público, isto é, as trabalhadoras ou se sentem sem casa ou que a casa dela é onde trabalha e que aquela família é a sua.

Sendo assim, esse artigo apresenta um esforço para compreensão breve sobre essas relações, que no cotidiano das diversas experiências vividas por trabalhadoras domésticas no Maranhão e em todo Brasil, ganha abrangência e diferentes contornos, mas, sobretudo, mostram que o efetivo ganho de direitos por essas trabalhadoras no passado estava longe de ser atingido e no presente são conjunturas que ainda permanecem nos relatos de muitas jovens advindas do meio rural, que migram em busca de algo melhor e são postas em uma relação de apadrinhamento e de exploração.



Data de Submissão: 08/06/2021

Data de Aceite: 02/09/2021

Referências

ARAÚJO, J. M. P. Em busca da dignidade: Migração, emprego doméstico e trabalho industrial de mulheres pobres na capital Fortaleza (1970-1990). **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho**, Parnaíba, ano I, n. 01, jul./dez. de 2015.

ALMEIDA, A. W. B.; MOURÃO, L. **Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA Edições, 2017.

BRITES, J. **Serviço doméstico: um campo desprovido a ilusões**. 2000. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1588/1336>. Acesso em: 25 maio 2021.

COSTA, W. C. Novo tempo/Maranhão novo: Quais os tempos da Oligarquia?. In: SOUSA, M. M. F. (org). **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís: Editora Estação Gráfica, 2002, p. 13-24.

D'ANGELO, I. B.M; HANNEMANN, R.C. A. P. Elas são quase da família: os grilhões invisíveis da exploração do trabalho doméstico infantil. In: MIRAGLIA, L.M.M. HERNANDEZ, J. N. OLIVEIRA, R. F. S. (Org.). **Trabalho Escravo Contemporâneo: conceituação desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2018.

FARIA, G. J. A; FERREIRA, M. D. L. A; PAULA, A. M. N. R. D. "Na casa dos outros": mulher, doméstica e migrante?. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 29, n. 2, p. 267-285, jul. 2016.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminina**. São Paulo, Editora: elefante, 2019.

FERREIRA, M. M. G. **Construção do eldorado maranhense: experiência narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970)**. 2015. 337f. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

GOMES, I.F. **Trabalho escravo doméstico no Brasil: notas sobre uma exploração invisível**. 2021. Disponível em: https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/trabalho-escravo-domestico-no-brasil-notas-sobre-uma-exploracao-invisivel-14042021?amp&_twitter_impression=true. Acesso em: 01 jun. 2021.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACQUET, C. Projetos matrimoniais e escolhas migratórias: o caso das empregadas domésticas de Fortaleza. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 12., 2000, Caxambu. Anais[...]. Belo Horizonte: ABEP, v.1, 2000.

KOFES, S. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdades na relação entre patroas e empregadas**. Campinas: Unicamp, 2001.



LISBOA, T. K. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 3, v. 15, p. 805-821, set. /dez. 2007.

MENDONÇA, C.M.S; SILVA, J.J.B; AZAR, Z.S. **A educação do campo no maranhão**: algumas considerações. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, GT-14 – Educação no Campo, Curitiba, nov./2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt14_1507655310_arquivo_singafinal1.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

PESSOA, E.D; MARTINS, M.A. Dinâmica econômica e condições de vida da população maranhense no período de 1970-90. **Revista de Política Públicas**, São Luís, v. 2, n. 2, p. 15-38, 1996.

PORTELLI, A. **História Oral e Poder**. I: Mnemosine. Revista eletrônica do Instituto de Psicologia da UERJ. vol. 6. n.º 2, p. 2-13. 2010b. (Tradução de BLUME, L.H.S; RODRIGUES, H.C.B.). Disponível em: <http://www.mnemosine.cjb.net>. Acesso em: 03 jun. 2021.

ROCHA, C.C. **Memória Migrante**: A experiência do trabalho escravo no tempo presente (Barras- Piauí). 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Mestrado em História Social, Fortaleza (CE), 2010.

SANTOS, Rosana de Jesus dos. Trabalho doméstico Remunerado e Migração Feminina: As construções de gêneros na cultura dos lavradores do Norte de Minas Gerais. **Fatos e versões revista de história: História, Gênero e Violência**, Mato Grosso do Sul, v. 7, n. 13, p. 02-16, out. 2015.

SILVA, M.A; MENEZES, M. A. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões**. 2007. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/migracoes_rurais_no_brasil_velha_s_e_novas_questoes.pdf. Acesso em: 03 jun. 2021.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Fontes

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Aprovada em 5 de outubro de 1988**. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 91, de 18.2.2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº150, de 1º de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Publicada no D.O.U. de 2.6.2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008**. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. Publicado no D.O.U. de 13.6.2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6481.htm. Acesso em: 16 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MEDEIROS, Maria Luiza. **Entrevista [maio. 2021]**. Entrevistadora: Brenda Maria V. Mendes. Codó, 2021. Arquivo mp3 (1h e 46 minutos)

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 15/05/2021.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. IBGE. 2016. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 01 jun. 2021.

